



GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU

Ministério da Economia e Finanças
Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos

Relatório Económico e Financeiro do primeiro semestre de 2017

Versão Final

Relatório Económico Semestral

01

Relatório Económico Semestral

05

Agosto 2017

**Relatório Económico e Financeiro
do primeiro semestre de 2017**

Governo da Guiné-Bissau

**Ministério da Economia e das Finanças
Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos
(DGPEE)**

URL: *<http://www.mef-gb.com>*

RELATORIO ECONÓMICO SEMESTRAL

Uma publicação para disseminar os resultados da pesquisa económica e estatística direta ou indiretamente realizados pela Direção Geral da Previsão e os Estudos Económicos, do Ministério da Economia e Finanças da Guiné Bissau.

Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos- DGPEE 2017

SIGLAS

ACI.....	Antecipação de Contribuição Industrial
BCEAO.....	Banco Central dos Estados da África Ocidental
COTADO.....	Comité Técnico de Arbitragem das Despesas Orçamentais
DES.....	Direito Especial de Saque
DGA.....	Direção Geral das Alfândegas
DGCI.....	Direção Geral de Contribuições e Impostos
DGTCP.....	Direção Geral de Tesouro e Contabilidade Publica
DGO.....	Direção Geral do Orçamento
DGPEE.....	Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos
DNT.....	Despesas Não Tituladas
EAGB.....	Eletricidade e Aguas de Bissau
ECF.....	Facilidade de Credito Alargado
FCFA.....	Francos da Comunidade Financeira Africana
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
IHPC.....	Índice Harmonizado de Preço no Consumidor
IGV.....	Imposto Geral sobre Vendas
INE.....	Instituto Nacional de Estatísticas
MEF.....	Ministério da Economia e Finanças
MPEF.....	Memorando de Política Económica e Financeira
PIB.....	Produto Interno Bruto
PIP.....	Programa de Investimento Publico
TOFE.....	Tabela das Operações Financeiras do Estado
UEMOA.....	União Económica Monetária Oeste Africana

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução das taxas do crescimento da economia mundial (em %).	17
Tabela 2: Evolução do mercado de câmbio e matérias-primas por médio de preços no 2T de cada ano	19
Tabela 3 : Taxa de crescimento do setor de atividade de 2012 a 2016.	14
Tabela 4 :Taxa de crescimento dos elementos da demanda de 2012 a 2016.	15
Tabela 5: Evolução da taxa de crescimento dos setores económicos, em termos reais	20
Tabela 6 : Evolução do comércio externo em milhões de Fcfa.	22
Tabela 7: Situação monetária integrada ao 31 maio de 2017 (em mil milhões de Fcfa).	23
Tabela 8: Execução das Receitas Orçamentais	25
Tabela 9: Estado de execução das receitas aduaneiras de 30/06/2017 (em mil milhões Fcfa)	26
Tabela 10: Estado de realização das receitas dos impostos até 30/06/2017 (em mil milhões Fcfa)	27
Tabela 11: Estado de realização das receitas da DGTCP à 30/06/2017 (em mil milhões Fcfa)	27
Tabela 12: Estado de Execução das despesas públicas 30/06/2017 base engajamento (em mil milhões Fcfa)	29
Tabela 13: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)	29
Tabela 14: Desembolso da Dívida Externa (em milhões de FCFA)	30
Tabela 15: Reembolso da Dívida Externa	31
Tabela 16: Balanço do PIP até 30 de junho de 2017 por fonte de financiamento (em mil Fcfa)	32
Tabela 17: Balanço do PIP até 30 junho de 2017 por setor de atividade (em mil FCFA)	33
Tabela 18: Metas Quantitativas ao Abrigo do Programa ECF com FMI de 2017.	35
Tabela 19: Desempenho das Medidas Estruturais ao Abrigo do Programa ECF de 2016/2017.	37

Conteúdo

Resumo	10
Introdução	12
I. O DESEMPENHO ECONÓMICO 2016	13
I.1. Setor real.....	13
I.2. Comércio Externo.....	16
I.3. Finanças Pública e a dívida.....	16
I.4. Situação monetária.....	16
II. AMBIENTE INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE	17
II.1. Ambiente económico internacional.....	17
II.2. Ambiente Económico Regional.....	18
II.3. Evolução do mercado de câmbio e matérias-primas.....	18
III. AMBIENTE ECONÓMICO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017 E PERSPETIVAS	19
III.1. Setor real.....	20
III.2. Inflação.....	21
III.3. Comércio Externo.....	21
III.4. A situação monetária.....	22
IV. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO, GESTÃO 2017	23
IV. 1. Receitas públicas.....	24
IV.1.1. Receitas por categoria.....	24
IV.1.2. As receitas das administrações financeiras.....	25
IV. 2. Execução das Despesas Públicas.....	28
IV.2.1. As despesas de funcionamento.....	28
IV.2.2. As despesas com pessoal.....	28
IV.2.3. Aquisições de Bens e Serviços.....	28
IV.2.4. As despesas de transferências.....	28
IV.2.5. Outras Despesas Correntes.....	28
IV.3. Dívida pública externa.....	29
IV.4.1 Desembolsos e Pagamentos efetuados.....	30
V. O PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO (PIP)	31
V.1. Realização por origem de financiamento.....	31
V.2. Realização por setor de atividade.....	32

VI. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E MEDIDAS ESTRUTURAIS COM O FMI.....	34
VI.1. Contexto	34
VI.2. Notas para medidas estruturais no Quadro do Programa ECF.....	36
VI.2.1. Critérios de desempenho das Metas Quantitativas:	36
VI.2.2. Metas indicativas	36
VI.2.3. Metas do FMI em relação ao PIB.....	36
VI.3. Notas para medidas estruturais no Quadro do Programa ECF.....	38
Conclusão.....	39
ESTUDO DE CASO: as novas taxas sobre o arroz e a receita fiscal	41
ANEXO.....	44

Resumo

O presente Relatório Económico e Financeiro avalia o desempenho económico e financeiro da Guiné-Bissau no passado recente, apresenta as indicações sobre a previsão do quadro macroeconómico e a sua execução durante o primeiro semestre do ano 2017. Esta avaliação inclui os setores das atividades económicas programadas e esperadas com os efeitos prováveis da evolução do ambiente internacional e regional sobre a economia nacional.

Em 2017 a atividade económica nacional registará uma taxa de crescimento económico de 5,4%¹, após um crescimento de 5,1% observado em 2016. Este crescimento económico dependerá da política do Governo numa perspetiva do crescimento inclusivo, da produção, comercialização e exportação da castanha de caju entre outras. A inflação manter-se-á controlada com uma taxa média anual de 1,8% em 2017, após uma de 1,5% observada em 2016.

Em relação as finanças, públicas prevê-se uma melhoria do défice orçamental em 2017. De janeiro a junho de 2017, o saldo global de base incluindo apoio orçamental situou-se em 53 mil milhões de Fcfa. A receita total e donativos registaram um valor de 69 mil milhões de Fcfa e a despesa total e os empréstimos líquidos se situaram em 74 mil milhões de Fcfa.

A luz das disposições comunitária, o Pacto de Convergência Estabilidade Solidariedade e Crescimento Económico no espaço da UEMOA, que engloba os cinco (05) critérios. A Guiné-Bissau irá respeitar três (03) dos cinco critérios em 2017, nomeadamente, o saldo global, a taxa da inflação média anual e o rácio de stock da dívida pública em relação ao PIB, contrario aos critérios que fazem referência a taxa da pressão fiscal e o rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais não serão respeitados.

No primeiro semestre de 2017, a exportação da castanha atingiu 111.0 mil toneladas contra 116.8 mil toneladas no mesmo período do ano precedente. O total das exportações (FOB), durante o primeiro semestre de 2017, registou um montante de 75.4 mil milhões de Fcfa contra 65.3 mil milhões de Fcfa, este aumento é explicado sobretudo pela exportação da castanha (75.3 mil milhões Fcfa).

As importações (FOB) registaram um aumento de 23,5%, situando-se em 56.3 mil milhões de Fcfa contra 45.6 mil milhões de Fcfa no período homólogo de 2016.

¹ Possivelmente o crescimento previsto de 5,4% para o ano de 2017 poderá ultrapassar, tendo em conta o preço favorável da castanha de caju no mercado internacional e nacional.

No final de maio de 2017, a massa monetária (M2) situou-se em 315.8 mil milhões de Fcfa contra 344.0 mil milhões de Fcfa em 31 de maio de 2016, traduzindo numa redução de -6,9%. Esta queda da massa monetária está ligada a redução simultânea de M1 em -10,1% (circulação fiduciária, depósitos transferíveis e outros depósitos) e do crédito interno de -24,5%.

No quadro de acordo do programa Económico e Financeiro assinado com a perspetiva do médio prazo entre o Governo e o FMI ocorreu a terceira avaliação do programa denominado Facilidade de Crédito Alargado (ECF) no mês de maio do ano corrente no qual, o programa recebeu uma nota positiva, perspetiva-se a quarta avaliação do programa para o meses de setembro e outubro de 2017.

Introdução

Para o ano 2017 a economia mundial terá um crescimento de 3,5% conforme as perspetivas do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo em conta a evolução da atividade económica dos países desenvolvidos, emergentes e em vias do desenvolvimento.

Existem também perspetivas de melhoria na Europa e Japão, com base numa diligência cíclica da indústria manufatureira do comércio em visão mundial que começou no início do primeiro semestre 2017. Nas economias emergentes, as perspetivas não são muito otimistas para vários países, embora na China e Rússia a previsão do crescimento para o ano 2017 são revistos em alta. Na África Subsaariana e na zona UEMOA, o crescimento continua sustentado.

Na Guiné-Bissau, a atividade económica deverá acelerar em 2017 em comparação a 2016. No entanto, permanecerá robusto em 5,4%, contra 5,1% em 2016. Para atingir esse crescimento, o Governo prossegue a implementação da política económica voltada para o desenvolvimento do setor privado através do fortalecimento da infraestrutura (energia, transportes e telecomunicações); melhorar a produtividade agrícola nomeadamente a promoção de milho, arroz, mancará e caju e o estabelecimento de um quadro favorável para o desenvolvimento do agronegócio; a melhoria do acesso à educação e cuidados de saúde para todos.

Este Relatório Económico e Financeiro (REF) traça o quadro económico e financeiro do país e espelha a execução do orçamento geral do estado para a gestão de 2017 e é dividido em seis capítulos e um estudo de caso.

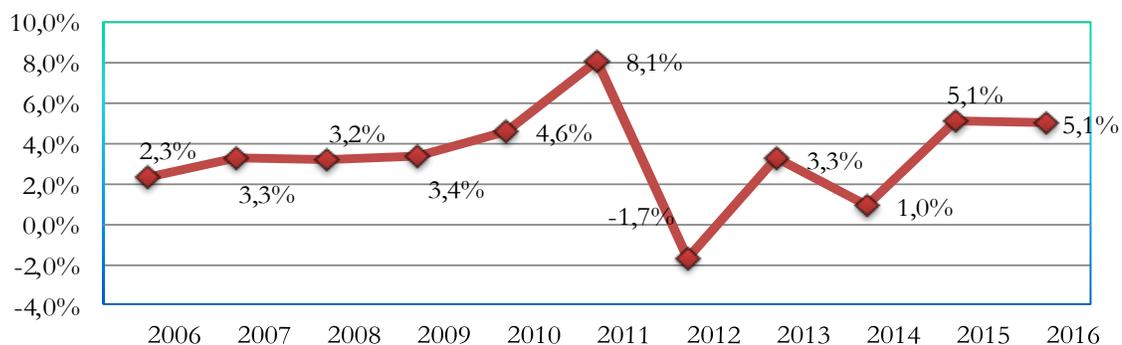
I. O DESEMPENHO ECONÓMICO 2016

Em termos agregados, a economia Guineense mostrou uma evolução positiva entre 2015 e 2016, com um crescimento do PIB em termos reais nesse último ano de 5,1% (igual ao de 2015). Este crescimento foi equilibrado nos distintos setores da economia. A inflação manteve-se estável e controlada com uma taxa de 1,5%. Na ótica das despesas, nota-se um aumento significativo das exportações líquidas, passando de -33 mil milhões para 6,3 mil milhões, devido a uma extraordinária campanha de produção e exportação da castanha de caju e a melhora dos termos de trocas do país. Contudo, as receitas orçamentais sofreram uma pequena queda, passando de 84,8 mil milhões em 2015 para 84,3 em 2016, o que se explica essencialmente pela redução das receitas não fiscais, concretamente nas licencias e compensações de pesca e de telecomunicações. As despesas totais e o stock da dívida externa teve um aumento pouco significativo.

I.1. Setor real

O Produto Interno Bruto (PIB) do ano 2016, mostrou que a atividade económica nacional registou uma taxa de crescimento constante de 5,1% nos anos 2015 e 2016, (ver Gráfico 1). O crescimento de atividade foi essencialmente imputável ao aumento da produção agrícola, sobretudo, a agricultura viveiro, a produção e exportação da castanha de caju, assim como o comércio e as telecomunicações. A boa repartição pluviométrica no espaço e no tempo assim como a evolução positiva dos termos comerciais do país contribuiu significativamente para melhorar o desempenho da economia nacional em termos agregados.

Gráfico1: Evolução da taxa de crescimento do PIB real, 2006 a 2016



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

A evolução macroeconómica do produto interno bruto (PIB) pode ser medida na ótica da produção, das despesas e do rendimento. Nesta seção desenvolvemos o estudo do PIB na ótica da produção e de despesa, situando e acompanhando a evolução da atividade económica do país durante os anos recentes.

No setor primário (agricultura viveiro, castanha de caju, pesca, etc.) registou uma taxa de crescimento de 5,3% em 2016 e 3,0% em 2015. Em termos do valor acrescentado, em preços constantes (base 2005) o peso deste setor representa 38,7% do PIB em 2016 contra 38,6% em 2015, no qual, a produção agrícola contribuiu com 20,3% do PIB e a castanha de caju com 9,1% em média anual neste período.

No setor secundário, registou (sempre em preços constantes) uma taxa de crescimento de 5,6% em 2016 contra 5,1% em 2015. A taxa de crescimento médio anual é de 5,4% sobre o período 2015-2016. Este aumento é explicado essencialmente pelo crescimento da indústria agroalimentar 7,3%, outras indústrias 2,9% e água e eletricidade 1,7%, em média anual durante o período em análise.

No setor terciário, registou uma taxa de crescimento de 4,7% em 2016 contra 4,0% em 2015. Este crescimento é imputável ao transporte 14,2%, comércio 6,6%, outros serviços 6,2%. O peso do setor é de 45,7% do PIB em 2016, contra 45,9% em 2015 (média no período de 45,8%).

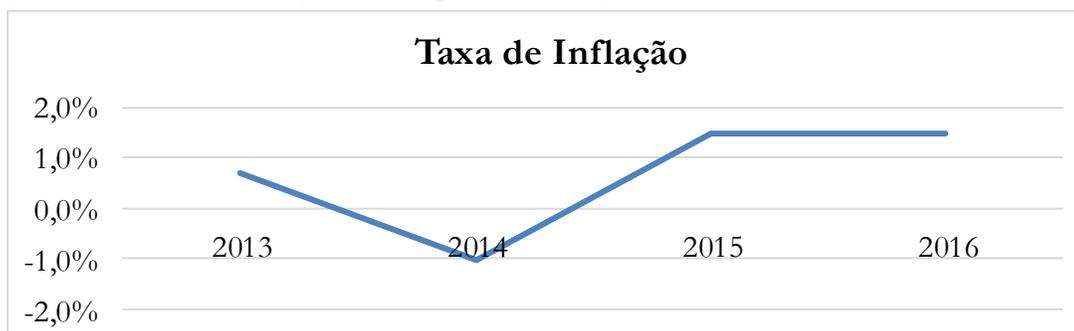
Tabela 1 : Taxa de crescimento do sector de atividade de 2012 a 2016 (em percentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016
Setor primário	-0,1	3,7	-6,5	3,0	5,3
Setor secundário	5,0	4,7	2,8	5,1	5,6
Sector terciário	-4,5	2,7	7,4	4,0	4,7
PIB	-1,7	3,3	1,0	5,1	5,1

Fonte: INE.

No que diz respeito a inflação, o Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) registou uma taxa média anual de 1,5% em 2016 equivalente à de 2015, ver Gráfico 2. A taxa de inflação média anual manter-se-á abaixo da norma prevista pela UEMOA, de acordo com os critérios da convergência da zona que cuja taxa máximo é de 3%, ou seja, inferior ou igual a três pontos percentuais.

Gráfico 2: Evolução da taxa de inflação sobre o período de 2013-junho 2016



Fonte: INE.

Na ótica da despesa, o consumo das famílias representa um componente muito importante com um peso sobre o PIB de 87,1% em 2016 contra 85,4% em 2015.

Quanto aos investimentos, o ano de 2016 registou um acréscimo de 2,0% em termos da formação bruta de capital fixo, impulsionado principalmente pelo investimento privado que cresceu em 3,4%.

As exportações líquidas (em termos nominais)² Passaram de -33 mil milhões Fcfa em 2015 para 6,3 mil milhões em 2016 do qual as exportações representam 157.7 mil milhões de Fcfa em 2015 contra 183,5 mil milhões de Fcfa em 2016 e as importações foram de 190.7 mil milhões de Fcfa em 2015 contra 177,2 mil milhões de Fcfa em 2016.

Tabela 2 :Taxa de crescimento dos elementos da demanda de 2012 a 2016 (em percentagem)

	2012	2013	2014	2015	2016
PIB (real)	-1,7	3,3	1,0	5,1	5,1
Consumo final (real)	-0,5	0,8	6,3	3,8	4,8
Família (real)	-4,2	-0,2	2,5	5,9	7,2
Administração (real)	-9,2	7,3	28,0	-5,4	-7,4
FBC (real)	19,5	-11,8	2,1	131,1	2,0
Exportação de bens e serviços (nominal)	-43,6	21,3	21,8	35,9	16,4
Importação de bens e serviços (nominal)	-19,1	2,8	21,3	17,9	-7,1

Fonte: INE

² As exportações e importações em termos nominais e reais diferem importantemente, por causa de uma melhora significativa dos termos comerciais do país. A razão principal é a redução no preço internacional do petróleo e o crescimento do preço internacional da castanha de caju. Ao tratar-se do setor exterior da economia consideramos mais importante comunicar os valores nominais que os reais.

I.2. Comércio Externo

A **balança de transações correntes** em 2016 registou-se um excedente de 34.9 mil milhões de Fcfa contra 12.4 mil milhões de Fcfa em 2015, correspondente a 5% e 2% do PIB respetivamente. A **balança de bens e serviços** foi de -3,1 mil milhões de Fcfa em 2016 contra -28,9 mil milhões de Fcfa em 2015. No qual as importações de bens FOB para o ano 2016 foram -128,6 mil milhões de Fcfa enquanto as exportações dos bens FOB foram de 165.3 mil milhões de Fcfa. Esta situação resultou da boa campanha de comercialização e exportação de castanha de caju que representa 97,8% da exportação global no ano 2016.

A conta de capital evoluiu de 35.3 mil milhões de Fcfa em 2015, contra 20.7 mil milhões de Fcfa em 2016 resultante de uma queda verificada nas transferências de capital sobretudo na administração pública.

Assim sendo, o saldo global da balança de pagamento registou um excedente de 42.3 mil milhões de Fcfa em 2016 contra 35.8 mil milhões de Fcfa em 2015.

I.3. Finanças Pública e a dívida

As receitas orçamentais arrecadadas representaram 13,4% do PIB em 2016 o que corresponde a 84.3 mil milhões de Fcfa, contra 84.8 em 2015 correspondente a 14% do PIB. Esta queda é explicada essencialmente pela redução nas receitas não fiscais, que contribuíram 20.8 mil milhões de Fcfa em 2016 contra 22.9 mil milhões de Fcfa em 2015, com as principais reduções verificadas nas licenças de telecomunicações, e nas licenças e compensações de pesca. Em 2016 as principais receitas fiscais provêm do imposto sobre o rendimento (17.4 mil milhões de Fcfa), imposto sobre os bens e serviços (24.7 mil milhões de Fcfa) e impostos sobre comércio externo e as transações internacionais (19.0 mil milhões de Fcfa).

As despesas totais se situaram em 144.2 mil milhões de Fcfa em 2016 contra 142.5 mil milhões em 2015. As principais componentes são as despesas correntes (salário, bens e serviços, transferências correntes e outras despesas ordinárias) assim como o nível das despesas de capital (aquisição líquida de ativos não financeiros).

Quanto a dívida pública, o stock de dívida externa é de 177.3 mil milhões de Fcfa em 2016 contra 157.3 mil milhões de Fcfa em 2015, o que representa 25,8% e 25,6% do PIB respetivamente.

I.4. Situação monetária

Os ativos externos líquidos têm aumentado de 167.4 mil milhões de Fcfa em 2015 para 201.5 mil milhões de Fcfa em 2016, proveniente de ativos externos líquidos do BCEAO por 153.1 mil milhões de Fcfa e dos bancos comerciais por 48.4 mil milhões de Fcfa no ano 2016.

O acréscimo de crédito interno foi de 163.5 mil milhões de Fcfa até o final de 2016, ou seja, uma variação de 10% em relação a dezembro de 2015. Essa evolução resulta de uma

degradação da Posição Líquida do Governo que se em 111.3 mil milhões de Fcfa assim como de um decréscimo do crédito a economia, num montante de 52.2 mil milhões de Fcfa.

A massa monetária registou um valor de 306.6 e 335.0 mil milhões de Fcfa nos anos 2015 e 2016 respetivamente. A situação prende-se com a variação da disponibilidade monetária em 11% (do 2016 em relação ao 2015).

II. AMBIENTE INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE

II.1. Ambiente económico internacional

No plano internacional, a previsão do FMI para o crescimento da economia mundial no ano 2017 situara em 3,5%, contra 3,1% em 2016³. Contudo, este crescimento é repartido de forma desigual entre os países em função das suas realidades estruturais. Assim, o crescimento nos países avançados mantém-se em níveis relativamente constante, enquanto o dos países emergentes e em desenvolvimento, apresentara um abrandamento nas suas perspetivas económicas devidas: (i) a baixa de preços dos produtos de base (petróleo em particular); (ii) a diminuição dos fluxos de capitais para os países emergentes e as pressões sobre as suas moedas; (iii) o aumento das taxas diretoras americanas e as consequências resultantes do endurecimento das condições do financiamento nos mercados de capitais.

Nos países avançados, a inflação será de 0,7% em 2016 e 1,5% em 2017. Nos países emergentes e em desenvolvimento, os valores previstos para esse indicador foi de 4,5% em 2016 e 4,2% em 2017.

Tabela 3: Evolução das taxas do crescimento da economia mundial (em percentagem).

	Realizações		Projeção	
	2015	2016	2017	2018
Mundo	3,4	3,2	3,5	3,6
Países Avançados	2,1	1,7	2,0	1,9
Estados Unidos	2,6	1,6	2,1	2,1
Zona Euro	2,0	1,8	1,9	1,7
Países Emergentes e em desenvolvimento	4,3	4,3	4,6	4,8
China	6,9	6,7	6,7	6,4
África Subsaharina	3,4	1,3	2,7	3,5
África do Sul	1,3	0,3	1,0	1,2
Nigéria	2,7	-1,6	0,8	1,9

Fonte: FMI-perspetivas da economia mundial Abril 2017.

³As taxas do crescimento económico referem-se se a ultima atualização do quadro macroeconómico do mês de abril de 2017.

II.2. Ambiente Económico Regional

Na África subsariana, as previsões de crescimento para 2017 são melhores que o observado em 2016, sinal de uma recuperação em relação aos efeitos negativos do endurecimento das condições do financiamento e da baixa de preços dos outros produtos de base, assim como, a contração da procura dos países emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente a China. A conjuntura desfavorável em 2016 afetou particularmente a economia dos países locomotiva do continente, nomeadamente, a Nigéria e a África do Sul, que melhorarão ligeiramente a sua economia em 2017, com uma taxa de crescimento desses dois países que passará de -1,5% para 0,8% no caso da Nigéria, e de 0,3% para 0,8% no caso da África do Sul para os anos 2016 e 2017 respetivamente.

Nos Estados membros da UEMOA registará uma taxa de crescimento média de 6,6% em 2017 contra 6,3% em 2016⁴, impulsionado pelo desempenho económico da Costa de Marfim (9% previsto em 2017) e aumento de crescimento da união de 6,6% previsto para o ano 2017 impulsionada pelo incremento significativo de investimento nas infraestruturas socioeconómicas e a melhoria do clima de negócios.

II.3. Evolução do mercado de câmbio e matérias-primas

No que se refere as evoluções da taxa de câmbio, comparando o segundo trimestre 2016 com o mesmo período de 2017, houve uma desvalorização do Fcfa e Rupie Indiano em relação ao USD em 0,2%, 0,5% respetivamente. Contrariamente ao Euro, Franc guineen e Naira que se valorizaram em relação ao USD em 0,1%, 0,14% e 0,45% respetivamente em relação ao mesmo período do ano precedente.

Relativamente as matérias-primas, para o mesmo período em análise, algodão em Kg/USD teve aumento de 21,9% em comparação com o período homólogo. Igualmente a castanha de Caju ton/USD que seguiu a mesma tendência, ou seja, um aumento de 24,3% no período em relação ao primeiro semestre do ano precedente.

⁴Ver *IMF Country Report No. 16/96 WEST AFRICAN ECONOMIC AND MONETARY UNION, March 2016*.

Tabela 4: evolução do mercado de câmbio e matérias-primas por médio de preços no segundo trimestre de cada ano

Rúbricas	Realização		variação
	30/jun/16	30/jun/17	em %
Mercado internacional			
USD/CFA	584,7	587,8	0,01
USD/EURO	0,891	0,896	0,01
USD/Franc guine	7932,1	9075,9	0,14
USD/Roupie Indienne	67,7	64,5	-0,05
USD/Naira	226,9	328	0,45
Algodao (1 000 US\$/ton)	1,6	1,9	0,19
Castanha de Caju Guiné-Bissau (1 000 US\$/ton)	1,44	1,79	0,24
Madeiras tropicais (US\$/m3)	395,2	384,9	-0,03
Petróleo (Brent) (US\$/Baril)	46	50,2	0,09
Poder de compra Petróleo de castanha de caju (1 ton = n baril)	31,5	35,8	0,14
Poder de compra de Arroz da Castanha de caju (1 ton caju = n ton arroz)	3,4	4,3	0,26

Fonte: DGPEE, Nota de Conjuntura junho 2017.

É de salientar que o poder de compra da castanha de caju em relação ao barril de petróleo tanto de arroz se aumenta cada vez mais. Registrando uma variação em relação ao mesmo período do ano precedente de 14% e 26% respetivamente.

III. AMBIENTE ECONÓMICO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017 E PERSPETIVAS

O objetivo nacional da política económica para o ano 2017 baseia-se no quadro da implementação do programa «Terra Ranka», traduzido pelo Documento Plano Estratégico e Operacional (DPEO 2015-2020). Este documento visa assegurar a melhoria de gestão e uma eficácia das políticas públicas, assim como a implementação das políticas e estratégias setoriais a fim de adaptar as soluções duráveis aos constrangimentos e desafios que o país enfrenta.

Esses objetivos se inscrevem igualmente no quadro de prosseguimento do aumento dos investimentos públicos, sobretudo nas infraestruturas, e a retoma do programa económico e

financeiro com o FMI. As perspetivas económicas do ano 2017 tomam em conta o ambiente internacional, nomeadamente o aumento do preço da castanha de caju.

A conjuntura económica do primeiro semestre de 2017, aponta uma taxa de crescimento económica inicial de 5.8% revista em baixa para 5.4% em março de 2017. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo elevado crescimento esperado para o setor secundário (12,3%), enquanto se espera que o setor primário cresça só em 2,5% devido a uma campanha de produção de caju que se espera menor em quantidade que a de 2016.⁵ O elevado preço internacional da castanha de caju fez com que as exportações em valor deste produto ainda maiores no primeiro semestre de 2017 em comparação com o período homólogo. As importações também cresceram significativamente nesta primeira metade do ano (+ 23,5%).

III.1. Setor real

Do lado da oferta, as evoluções setoriais apresentam-se da seguinte forma:

- **A taxa do crescimento do sector primário** será estabelecida em 2,5% no ano 2017, contra 5,3% em 2016. Este crescimento é ligado a taxa de crescimento da agricultura viveiro em 2,9%, a castanha de caju em 1% e a pesca em 4,5%.
- **A taxa do crescimento do sector secundário** será de 12,3% em 2017, contra 5,6% em 2016. Esta é devido ao crescimento das atividades de outras indústrias (189,5%)⁶e água e eletricidade (5,0%).
- **No setor terciário**, prevê-se uma taxa do crescimento de 5,8% em 2017, contra 4,7% em 2016. Este crescimento é motivado principalmente pelos subsectores do transporte (7,3%), telecomunicação (30,6%) e serviços financeiros (3,8%).

Tabela 5: Evolução da taxa de crescimento dos sectores económicos, em termos reais (em percentagem)

	2014	2015	2016	2017
Setor Primário	-6,5	3,0	5,3	2,5
Agricultura	-17,1	12,1	5,6	2,9
Castanha de caju	10,7	-1,7	7,8	1,0
Pecuária	-0,1	2,3	2,3	2,5
Pesca	0,0	1,3	9,0	4,5
Floresta	9,0	-34,5	-8,9	0,8
Setor secundário	2,8	5,1	5,6	12,3
Atividades extrativas	8,3	-23,7	21,8	-2,7
Agroalimentar	0,3	9,7	4,8	-3,0
Outras Industrias	0,3	2,9	3,0	189,5
Construção	37,8	6,5	22,2	-2,5
Eletricidade e água	8,0	-23,7	-3,1	5,0

⁵ Para o setor terciário espera-se um crescimento de 5,8%.

⁶ O valor deste subsector passou de 4.9 mil milhões de Fcfa em 2016 para 14,3 mil milhões de Fcfa em 2017.

Setor Terciário	7,4	4,0	4,7	5,8
Transportes	2,8	10,9	14,2	7,3
Telecomunicações	-6,0	18,3	4,5	30,6
Comercio	12,4	10,8	6,6	3,8
Serviços financeiros	15,4	-11,9	2,6	-4,6
Admin. pública e segurança	17,3	-10,2	-0,9	-4,6
Outros serviços	0,7	4,6	6,2	7,9
Total PIB	1,0	5,1	5,1	5,4

Fonte: Quadro Macroeconómico, março 2017.

III.2. Inflação

O crescimento do Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor para 2017 espera-se 1,8%, superior a do ano 2016 que situou-se em 1,5%. Este ligeiro aumento reflete a subida de preço de certos bens da primeira necessidade e um aumento de 2,8% do preço de combustível a nível dos estabelecimentos de vendas.

III.3. Comércio Externo

Até o primeiro semestre de 2017, a exportação da castanha atingiu 111.0 mil toneladas contra 116.8 mil toneladas no mesmo período do ano precedente. O total das exportações (FOB) durante o primeiro semestre de 2017, registou um montante de 75.4 mil milhões de Fcfa contra 65.3 mil milhões de Fcfa até junho de 2016, o que se traduz numa variação de 15,4%. Este aumento é explicado sobretudo pela exportação da castanha de caju (75.3 mil milhões Fcfa), favorecida por um preço internacional significativamente mais alto que o de 2016.

No que diz respeito as importações (FOB), este, registrou um aumento de 23,5%, situando-se em 56.3 mil milhões de Fcfa contra 45.6 mil milhões de Fcfa no período homólogo de 2016. É de salientar que houve um considerável aumento nas importações de produtos alimentares com a exceção de açúcar, doces e tabaco.

Tabela 6 : Evolução do comércio externo em milhões de Fcfa

Rubricas	Realização		Variação em %
	30/jun/16	30/jun/17	
IMPORTAÇÕES EM VALORES	45 583.9	56 276.8	0,23
Produtos alimentares	11 636.5	22 102.4	0,90
Produtos Farmacêuticos	296.4	412.8	-0,39
Produtos Energéticos	8 506.2	8 215.5	-0,03
Bens Intermediários	4 986.5	10 016.8	1,01
Bens de Equipamentos	8 304.6	8 371.5	-0,01
Produtos Diversos	5 341.3	6 942.0	0,30
EXPORTAÇÕES EM VALORES	66 455.7	75 362.7	0,15
Produtos alimentares (castanha de caju)	65 311.8	75 351.4	0,15
Bens Intermediários	0.2	0.0	
Bens de Equipamentos	1.8	0.0	-1,00
Produtos diversos	55.3	11.3	-0,80

Fonte: DGA e BCEAO

III.4. A situação monetária

No final de maio de 2017, a massa monetária (M2) estabeleceu em 315.8 mil milhões de Fcfa contra 344.0 mil milhões de Fcfa em 31 de maio de 2016, traduzindo numa redução de -6,9%. Esta queda da massa monetária está ligada a redução simultânea de M1 em -10,1% (circulação fiduciária, depósitos transferíveis e outros depósitos) e do crédito interno de -24,5%.

Tabela 7: Situação monetária integrada ao 31 maio de 2017

AGREGADOS MONETÁRIOS						
Em milhões de Fcfa						
	mai-16	jan/17	fevr2017	mars-17	abr/17	mai-17
Moeda amplo e seus componentes						
Circulação fiduciária	248 700	217 028	221 082	211 906	235 930	231 589
Depósitos transferíveis	71 300	52 347	59 423	62 031	62 033	55 874
M1	319 900	269 375	280 505	273 937	297 963	287 463
Outros depósitos incluídos na oferta monetária (1)	24 100	23 586	23 306	26 178	26 178	28 381
Suprimento monetário (M2)	344 000	292 962	303 811	300 115	324 141	315 844
Contrapartida da oferta monetária						
Ativos externos líquidos	219 000	176 189	182 973	180 823	217 042	212 609
Crédores internos	144 200	141 737	147 275	120 490	119 306	108 874
Passivos não monetários (2)	26 700	26 094	22 962	3 579	3 674	5 490
Outros postos líquidos (3)	-7 500	-1 129	3 475	-2 380	8 534	149
Total das contrapartes M2 (4)	344 000	292 962	303 811	300 115	324 141	315 844

Fonte: BCEAO, agosto 2017

IV. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO, GESTÃO 2017

O primeiro semestre de 2017 foi marcado pelo fortalecimento da situação fiscal, resultante da estratégia de consolidação fiscal implementada pelo Governo. Partindo de uma situação das finanças públicas caracterizada pela falta de liquidez, elevado endividamento a curto prazo e as deficiências na gestão orçamental e de tesouraria, os esforços para o aumento das receitas, a contenção dos gastos correntes e financeiros e a melhora da gestão orçamental, colocaram o Tesouro Público na situação favorável de liquidez, solvência e autossuficiência fiscal no final do período em apreço.

Do outro lado, a melhoria da gestão orçamental do primeiro semestre de 2017, baseia-se no estrito respeito dos procedimentos de execução das despesas públicas, nomeadamente engajamento/liquidação/emissão de Mandato de pagamento, precedidos da arbitragem do Comité Técnico de Arbitragem das Despesas Orçamentais (COTADO) e da autorização do Comité de Tesouraria. Em consequência, observa-se uma minimização do valor do “Resto a Pagar” e a inexistência de “Despesas Não Tituladas (DNT) ”.

Em relação aos objetivos de mobilização de receitas há uma melhoria de desempenho no primeiro semestre de 2017, tanto para a Direção Geral da Alfândega como para a Direção Geral de Contribuição e impostos. Cabe destacar que as receitas derivadas da exportação de caju e o Imposto Geral sobre Vendas para os produtos importados aumentaram significativamente mais do que os valores exportados e importados, o que indica uma melhora na efetividade na arrecadação de impostos. As receitas da Direção Geral do Tesouro e da

Contabilidade Pública progressão de 17,3% em relação ao período homólogo de 2016. No que toca com as despesas públicas, estas estão a ser controladas, com um valor de 44.85 mil milhões de Fcfa no primeiro semestre de 2017, contra uma previsão anual de 97.4 mil milhões de Fcfa e uma execução de 51,6 mil milhões de Fcfa no primeiro semestre de 2016. A dívida pública exterior passou de 26,3% do PIB em junho de 2016 para 26,5% do PIB em junho de 2017.

Essa seção explica em detalhe as cobranças das receitas orçamentais e a execução das despesas orçamentais no primeiro semestre de 2017.

IV. 1. Receitas públicas

De acordo com a Tabela das Operações Financeiras do Estado junho 2017, as receitas totais e donativos atingiram 69.920,0 milhões de FCFA contra 55.063,8 milhões de FCFA no mesmo período do ano precedente, ou seja, um aumento de 27,0%. Este aumento tem a ver com o acréscimo nas receitas correntes e nos donativos em 27,1% e 26,5%, respetivamente.

No decorrer do primeiro semestre de 2017, as receitas correntes se estabelecem a 53,5 mil milhões de Fcfa, contra 42,1 mil milhões de Fcfa em 2016 correspondente a uma taxa de variação de 27,1% em termos homólogos. Este aumento é devido a performance registado por conjunto das administrações financeiras que resultou num aumento simultâneo das receitas fiscais e não fiscais.

Até 30 de junho de 2017, as receitas das administrações financeiras se aumentam de 44,3 mil milhões de Fcfa numa previsão anual de 77,4⁷ mil milhões de Fcfa, seja uma taxa de realização de 57,0%, traduzido numa variação de 23,4% comparativamente ao ano precedente.

Relativamente as outras receitas, elas registam um aumento de 6% ligado ao título de tesouro e donativos.

IV.1.1. Receitas por categoria

É de salientar que as receitas correntes aumentaram devido a forte arrecadação nas receitas tributárias em 28,8% e nas receitas não tributárias em 21,9%. Relativamente às receitas tributárias, houve aumento nos impostos indiretos (31,2%) e nos impostos diretos (23,4%). Enquanto que as receitas não tributárias, houve aumento nas transferências recebidas de outras administrações públicas (9,7%), nas vendas de bens e serviços (29,2%) e nas outras receitas correntes, principalmente com o dividendo proveniente do BCEAO (120,0%)

⁷É de salientar que existem os dados relativamente ao fundo rodoviário assim como o alívio da dívida mas, não constaram na tabela devido a faltas informações.

Quanto ao total dos donativos, o Governo mobilizou 16.4 mil milhões de Fcfa contra 13.0 mil milhões de Fcfa no mesmo período do ano transato, representando assim, um aumento de 26,5% e uma taxa de execução de 36,3%. Esta situação ocorreu em parte, com aumento observado essencialmente, nos donativos externos, com o maior destaque na ajuda a projetos (5,6%). No que diz respeito ao apoio orçamental, registou-se 2.7 mil milhões de Fcfa contra 0.3 mil milhões de Fcfa no ano precedente.

Tabela 8: Execução das Receitas Orçamentais

DESIGNAÇÃO	janeiro a junho (em milhões Fcfa)				
	Prog. Duod. 2016	progra. 2015	Exec. 2017	V.H.	Tx Exec.
RECEITA TOTAL & DONATIVOS	55 063,8	110 746,0	69 920,0	27,0	63,1
Receitas Correntes	42 102,9	65 593,0	53 528,9	27,1	81,6
Receitas Tributárias	32 178,8	47 387,0	41 431,2	28,8	87,4
Impostos Directos	10 000,3	14 565,0	12 341,2	23,4	84,7
Impostos Indirectos	22 178,5	32 822,0	29 090,0	31,2	88,6
Receitas não Tributárias	9 924,1	18 206,0	12 097,7	21,9	66,4
Txs. Mult. & Penalidades	4 801,2	7 560,0	3 354,3	-30,1	44,4
Transferencias	748,6	8 230,0	821,1	9,7	10,0
Vendas Bens & Serviços	1 873,8	2 416,0	2 420,4	29,2	100,2
Outras Rec. Correntes	2 500,5	0,0	5 501,9	120,0	
Donativos	12 961,0	45 153,0	16 391,1	26,5	36,3
Donativos Internos	0,0	0,0	0,0		
Donativos Externos	12 961,0	45 153,0	16 391,1	26,5	36,3
Ajuda ao Projecto	12 961,0	26 105,0	13 691,1	5,6	52,4
Ajudas à Balaça de Pagamento	0,0	19 048,0	2 700,0	#DIV/0!	14,2

Fonte: DGPEE.

IV.1.2. As receitas das administrações financeiras

IV.1.2.1. A Direção Geral das Alfândegas

As receitas aduaneiras recuperadas no final de junho 2017 correspondem a um montante de 26.12 mil milhões Fcfa sobre uma previsão anual de 43.6 mil milhões Fcfa, traduzindo numa taxa de realização de 60,0%. Comparado a realização do mesmo período de 2016, as receitas aduaneiras registaram um aumento de 27,0%. Este desempenho é induzido pelo aumento de exportação da castanha de caju cujo imposto extraordinário é de 4.4 mil milhões até o primeiro semestre do ano 2017, o IGV (bens importados) que por sua vez aumentou em 39,5%, direitos de importação com 7.37 mil milhões de Fcfa isto é, com uma taxa de realização de 58,8%, entre outros produtos.

Entretanto é bom notar que em relação aos objetivos de mobilização esperada no final de junho 2017, globalmente verifica-se uma boa performance.

Tabela 9: Ponto de execução das receitas aduaneiras de 30/06/2017 (em milhões Fcfa)

Rúbricas	Prev 2017	Realização em		Taxa de realização (%)	Deslizamento (%)
		Jun-16	Jun-17		
Direitos de importação	12 525	10 700	7 374	58,871	-31,1
Imposto Extraor. s/ Caju	6 312	6 550	4 448	70,471	-32,1
Imposto extraord./Madeira	0	0	0		
IEC (Bens Importados)	5 577	4 394	2 093	37,5	-52,4
IGV (Bens Importados)	14 082	12 817	9 042	64,2	-29,5
Taxa de selagem (Aduaneira)	0	0	0		
Taxa de Tráfego	9	24	5	52,4	-80,6
Multas (Aduaneiras)	67	8	3	4,2	-66,5
Public. e Impr. (Serv. Aduaneiros)	11	0	0	0,0	-100,0
Outras Receitas Correntes	0	2	7		279,8
CEDEAO (PC)	648	410	284	43,8	-30,8
UEMOA (PCS)	776	671	505	65,1	-24,7
Taxa Informática (RS)	776	662	498	64,2	-24,7
Emolumentos Pessoais	742	732	507	68,3	-30,7
Deslc. Ajud de cust, Trnsp.	2 083	2 008	1 391	66,8	-30,7
TOTAL	43 609	38 976	26 155	60,0	-32,9

Fonte: Execução de receitas DGA dezembro 2016 e junho 2017

IV.2.1.2. A Direção Geral das Contribuições e Impostos

No primeiro semestre de 2017, as receitas arrecadadas pela Direção Geral das Contribuições e Impostos atingiram 18.12 mil milhões Fcfa, traduzindo assim numa taxa de execução de 52,0%, visto que a previsão é de 34.65 mil milhões Fcfa. Em termos homólogos, as realizações da DGCI tiveram um acréscimo de 2,0%. Esta realização é explicada sobretudo pelas receitas não tributárias com uma variação de 3% em relação ao mesmo período do ano precedente, com a maior ênfase no Imposto Geral Sobre a Venda (IGV) com uma variação de 5%. É de sublinhar que as taxas de realização de todas as receitas foram satisfatórias (isto é, comparando com o mês de junho de 2016).

Tabela 10: Estado de realização das receitas dos impostos até 30/06/2017 (em milhões Fcfa)

Rúbricas	Prev. 2017	Realização		Realização	Variação
		30-juin-16	30-juin-17		
Total receitas tributárias	34 655,0	13 091,0	17 188,0	0,50	0,31
Imposto sobre o rendimento	22 173,0	9 940,0	12 284,0	0,55	0,24
Imposto profissional	4 796,7	2 166,5	2 179,9	0,45	0,01
Imposto sobre propriedade	335,0	63,3	57,3	0,17	-0,09
Imposto geral sobre vendas (IGV)	10 324,5	2 659,4	4 074,6	0,39	0,53
Imp. especial sobre consumo (IEC)	-	-	-	-	-
Outras receitas tributárias	1 822,8	431,8	772,1	0,42	0,79
Total receitas não tributárias	-	2 192,0	936,0	-	-0,57
Multas e outras penalidades	-	250,0	115,0	-	-0,54
Outros	-	1 942,0	821,0	-	-0,58
Total receitas não tributárias	-	2 192,0	936,0	-	-0,57
RECEITAS TOTAIS	34 655,0	15 283,0	18 124,0	-	-

Fonte: DGCI/MEF julho 2017

IV.2.1.3. A Direção Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública

Em 30 de junho 2017, sobre uma previsão de 59,8 mil milhões Fcfa, as receitas da DGTCP foram recuperadas num montante de 25,85 mil milhões Fcfa, traduzindo numa taxa da cobrança de 43,2% em relação ao objetivo anual. Comparado a nível da cobrança do mesmo período em 2016 que é de 22,04 mil milhões Fcfa, as receitas do Tesouro progressão de 3,81 mil milhões Fcfa, representando um acréscimo de 17,3%. Este nível de mobilização da DGTCP é devido entre outros, a implementação da reforma relativa aos serviços intermediários do tesouro.

Tabela 11: Estado de realização das receitas da DGTCP ao 30/06/2017 (em milhões Fcfa)

Rubricas	Previsões 2017	Realização em	
		30-junho-16	30-jun-17
Rendimento de propriedade	5 500	0	0
Serviços de passaporte	0	0	0
Direitos e custos administrativos	0	0	0
Multas e condenações recebidos	0	0	0
Outras receitas não fiscais	300	13 770	10 57
Venda de bens duradouros	6.5	0	0
Receitas excepcionais	0	0	0

Fonte: Draft OGE 2017

IV. 2. Execução das Despesas Públicas

IV.2.1. As despesas de funcionamento

No primeiro semestre de 2017, as despesas a título de funcionamento apresentam 44.85 mil milhões Fcfa sobre uma previsão anual de 97.35 mil milhões de Fcfa, representando uma taxa de realização de -46,1%, comparado ao mesmo período de 2016, o nível de variação das despesas de funcionamento teve um decréscimo de 13% induzido por *outras transferências correntes*, que passaram de 20.3 mil milhões de Fcfa de junho de 2016 para 7.4 mil milhões de Fcfa no período homólogo de 2017.

IV.2.2. As despesas com pessoal

No primeiro semestre de 2017, as despesas com o pessoal foram executadas no montante de 16.24 mil milhões de Fcfa sobre uma previsão de 33.07 mil milhões de Fcfa, representando uma taxa de realização de 49,1%. Em termos homólogos, o nível das despesas com pessoal sofreu um aumento de 11%.

IV.2.3. Aquisições de Bens e Serviços

Esta rubrica é composta por aquisições, construções e alicerces; aquisições e grandes obras de restaurações e aquisições de bens e serviços, as despesas de bens e serviços foram executadas num montante de 8.67 mil milhões de Fcfa sobre uma previsão anual de 16.24 mil milhões de Fcfa, representando uma taxa de execução de 53,4%. Comparado ao mesmo período do ano 2016, aquisição de bens e serviços cresceu em 76,9%, imputável ao incremento da subcategoria aquisições de bens e serviços.

IV.2.4. As despesas de transferências

No final de junho de 2017, a título das despesas de transferências se avaliam em 9.47 mil milhões de Fcfa sobre uma previsão anual de 19.22 mil milhões de Fcfa, representando uma taxa de realização de 49,3%. O nível de realização decresceu de -58,9% em relação ao primeiro semestre de 2016. Esta diminuição das despesas de transferências é impulsionada pelas transferências e outras transferências correntes.

IV.2.5. Outras Despesas Correntes

Sobre esta rubrica, está previsto um montante de 8.25 mil milhões de Fcfa, o nível de execução de outras despesas correntes atingiram 4.87 mil milhões de Fcfa no primeiro semestre de 2017, representando uma taxa de realização de 59%. Em termos homólogos, o nível de realização do mesmo apresenta uma descida de -71,2%.

✓ Juros da dívida

Sobre uma previsão de 5.93 mil milhões Fcfa, o nível de engajamento de serviço da dívida pública atingiu 0,84 mil milhões Fcfa no primeiro semestre de 2017, representando uma taxa de realização de 14,2%. Em termos homólogos, o nível de engajamento de serviço da dívida pública apresenta uma descida de 68,9%

Tabela 12: Ponto de Execução das despesas públicas 30/06/2017 base engajamento (em milhões Fcfa)

Rubricas	Previsão 2017	Execução		réalização (%)	Variação (%)
		30/jun/16	30/jun/17		
Despesa c pessoal	33 076	14 654	16 245	49,1	10,9
Remunerações certas	33 076	14 654	16 245	49,1	10,9
Aquisição de Bens e Serviços	16 424	4 890	8 670	52,8	77,3
Aquisições, Construções e Alicerces	127	-	231	181,3	-
Aq. e Grandes Obras de Restauração	338	14	64	18,8	357,8
Aquisição de Bens e Serviços	15 959	4 476	8 376	52,5	87,1
Transferências	19 224	23 045	9 471	49,3	- 58,9
Transferências correntes	3 750	2 768	2 105	56,1	- 24,0
Outras Transferências Correntes	15 474	20 277	7 366	47,6	- 63,7
Outras Despesas Correntes	8 250	4 281	4 870	59,0	13,8
Outras	7 250	4 281	4 870	67,2	13,8
Dotação Provisional	1 000	-	-	-	-
Cont Esp do Tesouro	3 981	1 065	1 180	29,6	10,9
Juros da dívida	5 974	662	846	14,2	27,9
Amortização da Dívida	4 931	3 372	2 668	54,1	- 20,9
Investimento do Plano (PIP)	5 500	-	900	16,4	-
DESPEZA TOTAL	97 360	51 567	44 851	46,1	- 13,0

Fonte: MEF, plano de tesouraria

✓ Amortização da dívida

Sobre uma previsão de 4.93 mil milhões Fcfa, o nível de amortização do serviço da dívida atingiu 2.66 mil milhões Fcfa no primeiro semestre de 2017, representando uma taxa de realização de 54,1%. Em termos homólogos, a amortização apresentou uma descida de 9,0%.

IV.3. Dívida pública externa

Até junho de 2017, o stock da dívida pública externa atingiu uma soma de 335,4 milhões de USD contra 295,0 milhões de USD no mesmo período do ano anterior. Em termos comparativos, registou-se um aumento de 13,7%, em relação ao período homólogo do ano precedente. Este aumento é imputado aos novos engajamentos e desembolsos, principalmente por parte dos credores multilaterais, na ordem de 40,4 milhões de USD.

Tabela 13: Stock da Dívida Externa (em milhões de Dólares USD)

	Stock da Dívida Externa da Guiné-Bissau		
	30-juin-16	30-juin-17	Var %
Total	295,01	335,39	13,7%
Multilateral	236,42	277,44	17,4%
Bilateral	58,59	57,95	-1,1%
Banco Comerciais	5,3	5,3	0,0%

Fonte: MEF/DSD

IV.4.1 Desembolsos e Pagamentos efetuados

De acordo com o Serviço da Dívida Pública, o montante desembolsado de janeiro a junho de 2017, foi de 6.539,8 milhões de FCFA contra 17.025,5 milhões de FCFA no período homólogo do ano anterior. O montante desembolsado em 2017 foi financiado pelo BOAD, direcionado aos projetos de desenvolvimento, como de reabilitação das vias urbanas de Bissau terceira fase, projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA) e construção de Central Térmicas Diesel.

De salientar que também no período homólogo de 2016, os desembolsos foram essencialmente do BOAD, seguido do Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD) e Fundo Especial de Nigéria (FNS), destinados aos Projetos de Apoio ao Programa do Desenvolvimento Sanitário, ao Projeto de Educação III, a reabilitação das vias urbanas de Bissau, fase (I, II e III), reabilitação da Estrada de Bissau/Jugudul (60 km) e a atualização de Estudos da Estrada de Buba/Catio, projeto de Apoio à Segurança Alimentar (PASA), e projeto de promoção da rizicultura a favor dos jovens.

Tabela 14: Desembolso da Dívida Externa (em milhões de FCFA)

ORGANISMO	Jan a Junho	Jan a Junho
	2016	2017
FAD	194,69	-
BANCO MUNDIAL-ida	-	-
BOAD	17 043,72	6 539,83
BAD/FNS	21,09	-
KUWAIT FUND	-	-
SAUDI FUND	-	-
TOTAL GERAL	17 259,50	6 539,83

Fonte: MEF/DSD

Quanto ao reembolso do serviço da dívida externa, no período em análise foram reembolsados 5.092,6 milhões de Fcfa, para os seguintes credores: BID, BM BOAD, BAD, Fundo da Arábia Saudita (SAUDI FOUND), Fundo de Kuwait, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), ABU DHABI, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África (BADEA) e FAD. Entretanto, para as amortizações das dívidas vencidas no período corrente, foram de 1.786,6 milhões de Fcfa e as que foram vencidas nos anos anteriores foram de 3.305,9 milhões de Fcfa.

Em relação ao período homólogo de 2016, o montante reembolsado foi de 1.338,5 milhões de Fcfa destinados para os seguintes credores: BID, BM, BOAD, BAD e Exim Bank. As que foram vencidas no ano corrente foram de 1.338,5 milhões de Fcfa e nos anos anteriores, não foram pagos nenhum atrasado.

Tabela 15: Reembolso da Dívida Externa (milhões Fcfa)

ORGANISMO	2016			2017		
	CAPITAL	JUROS	TOTAL	CAPITAL	JUROS	TOTAL
Ano Corrente	190,27	1 148,28	1 338,54	1 171,7	614,9	1 786,6
B I D	75,55	0,00	75,55	517,7	0,0	517,7
BANCO MUNDIAL- ida	1,34	10,76	12,11	183,0	79,8	262,8
B O A D	113,25	1 086,75	1 200,00	114,3	402,1	516,3
B A D	0,12	0,00	0,12	46,3	15,4	61,7
BAD/FSN	0,00	0,00	0,00	12,0	13,0	25,0
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,0	0,8	0,8
CEDEAO	0,00	0,00	0,00	52,1	17,4	69,5
FAD	0,00	0,00	0,00	89,0	29,7	118,6
EXIM-BANK	0,00	50,76	50,76	0,0	0,0	0,0
KUWAIT FOUND	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0
SAUDI FOUND	0,00	0,00	0,00	0,0	56,7	56,7
ABU DHABI	0,00	0,00	0,00	71,7	0,0	71,7
BADEA	0,00	0,00	0,00	85,6	0,0	85,6
Anos Anteriores	0,00	0,00	0,00	3 051,9	321,3	3 373,2
FAD	0,00	0,00	0,00	2,8	15,1	18,0
BADEA	0,00	0,00	0,00	338,6	0,0	338,6
BAD	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0
BID	0,00	0,00	0,00	67,3	0,0	67,3
CEDEAO	0,00	0,00	0,00	2 643,2	17,4	2 660,5
SAUDI FOUND	0,00	0,00	0,00	0,0	113,4	113,4
KUWAIT FOUND	0,00	0,00	0,00	0,0	175,3	175,3
BEI	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL	190,3	1 148,3	1 338,5	4 223,6	936,2	5 159,9

Fonte: MEF/DSD

V. O PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO (PIP)

V.1. Realização por origem de financiamento

O total dos recursos ordenados por origem do financiamento de Programa de Investimento Público (PIP) do primeiro semestre de 2017 conheceu uma diminuição de 38,7% em relação ao mesmo período do ano 2016. Em 30 de junho de 2017, as execuções por parte dos credores multilaterais, tal como Banco Mundial foi de 3.24 mil milhões de Fcfa e de 0,22 mil milhões de Fcfa da parte do Banco Africano de Desenvolvimento. No que concerne aos credores

bilaterais, estes executaram um valor de 40 milhões de Fcfa, proveniente exclusivamente dos donativos.

No que se refere aos empréstimos, foi registado um montante de 5.61 mil milhões de Fcfa no primeiro semestre de 2017 contra 7.17 mil milhões de Fcfa no mesmo período de 2016, ou seja, uma variação de -21,8%.

Tabela 16: Balanço do PIP até 30 de junho de 2017 por fonte de financiamento (em milhões Fcfa)

PROJECTO	EXECUÇÃO 1º Semestre "PIP" 2016			EXECUÇÃO 1º Semestre "PIP" 2017		
	DONATIVOS	EMPRESTIMOS	TOTAL EXT.	DONATIVOS	EMPRESTIMOS	TOTAL EXT.
CREDORES						
BANCO MUNDIAL	2 363,22	1 379,81	3 743,03	2 232,54	1 008,72	3 241,26
BAD/FAD	0,00	81,87	81,87	222,51	0,00	222,51
CREDORES MULTILATERAIS	2 363,22	1 461,68	3 824,90	2 455,05	1 008,72	3 463,77
UNIAO EUROPEIA	168,39	0,00	168,39	0,00	0,00	0,00
SISTAMA NACOES UNIDAS	4 121,45	0,00	4 121,45	90,09	0,00	90,09
UEMOA	561,21	0,00	561,21	625,11	0,00	625,11
BOAD	0,00	4 589,39	4 589,39	0,00	4 522,76	4 522,76
FIDA	16,44	0,00	16,44	0,00	87,70	87,70
CEDEAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4 867,49	4 589,39	9 456,88	715,21	4 610,46	5 325,67
BILATERAIS						
REPUBLICA POPULAR DE CHINA	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00
BELGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIFA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
USA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDIA/BRASIL	0,00	1 118,35	1 118,35	0,00	0,00	0,00
OAPI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1 118,35	1 118,35	40,00	0,00	40,00

Fonte: DGPIP / Execução do PIP 1 Semestre 2017

V.2. Realização por setor de atividade

No que concerne os setores de atividade da economia, os recursos ordenados no primeiro semestre de 2017 para o financiamento do PIP foram de 17.55 mil milhões de Fcfa contra 15.31 mil milhões de Fcfa no mesmo período de 2016, ou seja, uma diferença de 2.93 mil milhões de Fcfa. Esta estrutura de investimento destaca os setores sociais, que receberam 7.85 mil milhões de Fcfa, com um incremento de cerca de 60% relativamente ao mesmo período do ano 2016. O setor das infraestruturas recebeu 5.12 mil milhões, com uma redução de 41%

em relação ao ano anterior. Esta diminuição está ligada ao subsector da Energia com um decréscimo de 90% em relação ao mesmo período do ano precedente. Quanto ao sector da gestão económica, este passou de 971.4 milhões de Fcfa de junho de 2016 para 3.7 mil milhões de Fcfa a junho de 2017. O setor produtivo recebeu 814.7 milhões de Fcfa destinados a investimentos em 2016 e 920.3 milhões de Fcfa em 2017.

Os setores sociais, compostos de subsectores saúde, educação, juventude, desporto, ambiente, água e saneamento, desenvolvimento sociais e turismo e artesanato, apresentam em 30 junho de 2017 uma realização financeira de 7.85 mil milhões de Fcfa contra 4.9 milhões e Fcfa em junho do ano precedente. É observado um aumento em torno de 2,93 mil milhões de Fcfa de montante ordenado, o que é atribuído aos resultados registrados a nível dos subsectores de saúde com 4.02 mil milhões de Fcfa. Os recursos ordenados pelo subsector «Educação» num montante de 3,07 mil milhões de Fcfa. Para o subsector desenvolvimento sociais, os recursos ordenados avaliados em 0,59 mil milhões de Fcfa com uma variação de -58,8% em termos homólogos.

Tabela 17: Balanço do PIP até 30 junho de 2017 por setor de atividade (em milhões FCFA).

Setores da Actividade	jun/16				jun/17			
	Finan. externo		Interno/	Total Geral	Finan. externo		Interno/	Total Geral
	Donativos	Emprest.	Isenções		Donativos	Emprest.	Isenções	
Setor produtivo	529,3	260,6	24,9	814,8	292,3	87,7	300,0	920,3
Desenvolvimento rural	228,4	260,6	24,9	513,8	292,3	87,7	300,0	916,5
Pesca	300,9	0,0	0,0	300,9	0,0	0,0	0,0	3,9
Sector infraestruras	1 564,1	6 589,6	458,4	8 612,1	522,3	3 839,0	610,0	5 121,1
Obras públicas	172,5	4 328,8	0,0	4 501,3	0,0	3 839,0	610,0	4 458,8
Energia	1 391,6	2 260,7	445,3	4 097,7	267,1	0,0	0,0	404,5
Transporte e comunicação	0,0	0,0	13,1	13,1	255,2	0,0	0,0	257,8
Setor sociais	4 643,3	168,0	98,8	4 910,0	7 620,5	0,0	0,0	7 849,6
Saúde	1 990,5	0,0	71,9	2 062,4	3 868,0	0,0	0,0	4 027,3
Educação	919,4	81,9	0,0	1 001,3	3 004,0	0,0	0,0	3 073,0
Juventude desporto	17,9	0,0	0,0	17,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Ambiente	155,7	86,1	0,7	242,5	143,5	0,0	0,0	144,3
Água e saneamento	102,0	0,0	26,1	128,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Desenvolvimento sociais	1 438,2	0,0	0,0	1 438,2	592,0	0,0	0,0	592,0
Turismo e artesanato	19,7	0,0	0,0	19,7	13,0	0,0	0,0	13,0
Setor gestão económica	494,0	151,3	326,2	971,5	2 574,3	1 008,7	0,0	3 666,2
Gestão económica	494,0	151,3	326,2	971,5	2 574,3	1 008,7	0,0	3 666,2
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total P/Setores	7 230,7	7 169,4	908,3	15 308,4	11 009,3	4 935,4	910,0	17 557,1

Fonte: DGPIP/ MEF, junho 2017

No que diz respeito ao setor "Ambiente e Turismo e Artesanato", os recursos ordenados em 30 de junho de 2017 são respetivamente num montante de 60,14 e 0,12 mil milhões de Fcfa.

Tratando-se de setores produtivos, o total das despesas em 30 de junho de 2017 foi avaliado em 0,92 mil milhões Fcfa contra 0,81 mil milhões Fcfa no mesmo período de 2016, representado um aumento de 13% correspondente à 0,11 milhões de Fcfa. Este aumento é explicada pelo bom desempenho registado nos subsectores do desenvolvimento «Rural».

VI. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E MEDIDAS ESTRUTURAIS COM O FMI.

VI.I. Contexto

O Programa Económico e Financeiro para 2015–18 apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo do Programa da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).

O objetivo do programa é consolidar a estabilidade macroeconómica e promover as reformas estruturais de apoio ao crescimento inclusivo e à redução da pobreza, além de tratar de problemas de governação.

O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) de 2017 complementa o MPEF de 20 de junho de 2015. Apresenta o desempenho em relação aos critérios de desempenho e outras metas previstas no acordo trienal ao abrigo da ECF e descreve as políticas económicas e financeiras, para além das reformas estruturais para 2016 e 2017. *(Confira o quadro das Medidas Estruturais propostas)*

A recuperação económica observada em 2014 e 2015 manteve-se em 2016 e 2017 apesar das incertezas decorrentes do impasse político. O ritmo da recuperação teve o apoio de medidas tomadas pelo governo para melhorar o abastecimento de eletricidade, remover barreiras à definição de preços e à exportação de caju (inclusivamente a suspensão da taxa do FUNPI) e amparar a mecanização da produção de arroz.

Durante a última campanha do caju, o preço praticado na mesma está a beneficiar não só a população em geral, mas também o Tesouro Público, graças essencialmente as medidas tomadas pelo atual executivo em conformidade com o Despacho N°77 GMEF/19 de abril de 2017, nomeadamente no aumento do preço de referência (1.150 USD por tonelada líquida, na exportação de caju in natura da colheita de 2017) e a domiciliação das divisas resultantes da exportação. Ainda manteve o intenso controlo de fronteiras para minimizar o contrabando do produto em questão. Como resultado, as receitas provenientes da exportação de caju contribuíram para aumentar as Receitas Fiscais acima da previsão e da Meta proposta pelo FMI no quadro do Programa ECF para segundo trimestre de 2017. *(confira o quadro das Metas quantitativas)*

Tabela 18: Metas Quantitativas ao Abrigo do Programa ECF com FMI de 2017 (em mil milhões Ecfj).

	Exec. Dez. 2016	2017						Estado Metas a junho 2017
		Março		Jun.		Set.	Dez.	
		Proj.	Exe	Proj	Exe	Proj.	Proj.	
Crítérios de Desempenho:								
Total da receita fiscal interna (piso)	63.5	16.3	16.3	32.6	41.4	48.9	65.2	Cumprida
Credito bancário interno líquido ao governo central (teto)	14.6	8.0	8.0	7.2	0.8	0.0	-3.7	Cumprida
Teto da dívida externa não concecional (milhões de USD)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	Cumprida
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	Cumprida
Atrasados de pagamentos externos (piso)	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	Cumprida
Metas indicativas:								
Novos atrasados interno (teto)	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	Cumprida
Despesas sociais e prioritárias (piso)	32.2	7.7	11.2	21.7	16.1	23.2	31.0	Não Cumprida
Saldo primário interno (base de compromissos (piso))	-14.2	-6.4	-2.3	-5.8	5.9	-1.0	2.3	Cumprida
Despesas não titulados (DNTs, teto)	1.9	0.2	0.0	0.4	0.0	0.7	0.9	Cumprida
Por memória:								
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	6.1	0.4	0.4	0.4	1.3	0.8	2.6	Cumprida
Apoio Orçamental externo (milhões de USD)	0.4	0.0	0.0	0.0	2.4	5.5	5.5	Cumprida
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo)	5.1	0.0	0.0	3.0	3.1	0.0	3.0	Cumprida
Empréstimos Concessionais (em milhões de USD)	7.1	4.6	2.7	9.3	0.0	13.9	18.6	

Fonte: TOFE

VI.2. Notas para medidas estruturais no Quadro do Programa ECF

VI.2.1. Critérios de desempenho das Metas Quantitativas:

Total das Receitas Fiscais Interna (piso) estava projetada até junho de 2017 a arrecadação de 32.6 mil milhões de Fcfa, mas a sua execução foi de 41.4 mil milhões de Fcfa.

Crédito bancário interno líquido ao governo Central (teto) estava projetada até junho de 2017 contrair um crédito interno líquido no montante de 7.2 mil milhões de Fcfa, mas a sua execução foi de 0.8 mil milhões de Fcfa.

VI.2.2. Metas indicativas

Novos atrasados internos (teto) estava projetado até junho de 2017 eliminar todos os atrasados internos, mas a sua execução foi de 0.0 mil milhões de Fcfa.

Despesas sociais prioritárias (piso) estava projetado até junho de 2017 gastar nas despesas sociais um montante de 21.7 mil milhões de Fcfa, mas a sua execução foi de 16.1 mil milhões de Fcfa até junho do corrente ano.

Saldo primário interno (piso) estava projetado até junho de 2017 obter um saldo primário interno (base compromisso) de -5.8 mil milhões de Fcfa, mas a sua execução foi de 5.9 mil milhões de Fcfa.

Ação a tomar: nenhuma.

VI.2.3. Metas do FMI em relação ao PIB

Despesas não tituladas

Estava projetado até junho de 2017 permissão para efetuar Despesas Não Tituladas até um montante de 0.4 mil milhões de Fcfa, mas a sua execução foi de 0.0 franco Fcfa.

Liquidação de atrasados de pagamentos internos

Estava projetado até junho de 2017 liquidar os atrasados de pagamentos internos num montante de 0.4 mil milhões de Fcfa, mas a sua execução foi de 0.8 mil milhões de Fcfa.

➤ *Apoio orçamental*

Embora não estava previsto nas Metas propostas, mas o país beneficiou de 2.4 mil milhões de Fcfa de Apoio Orçamental até junho de 2017.

➤ **Desembolsos ECF**

Estava previsto beneficiar do desembolso num montante 3.0 mil milhões de Fcfa, mas o país beneficiou de 3.1 mil milhões de Fcfa até junho do corrente ano, após a avaliação do FMI do programa Económico e Financeiro num montante do Direito Especial de Saque (DES).

Tabela 19: Desempenho das Medidas Estruturais ao Abrigo do Programa ECF de 2016/2017

Medidas Estruturais	Estado das Medidas		
	Não Cumprida	Em Curso	Cumprida
Como trabalho prévio para conta única do tesouro, elaborar uma lista dos recursos próprios arrecadados pelos Ministérios, Departamentos e outras Agencias Governamentais (inclusive os de 2015).		X	
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundo autónomos.		X	
Reinstalar e operacionalizar o sistema informático de gestão da dívida.		X	
Criar e implementar a nível Ministerial uma “lista negativa” das despesas e pagamentos que não possam ser processadas como DNT’s.			X
Conselho de Ministros deve emitir um decreto que clarifique a estrutura e competências da autoridade emissora da dívida e o processo para a emissão de garantias governamentais em operações de empréstimos e grandes passivos.			X
Preparar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa.			X
Melhorar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos documentos da dívida externa.		X	
EAGB, entregar relatórios detalhando os seus fluxos financeiros do ano fiscal 2015, os três primeiros trimestres de 2016 e em base mensal a partir de outubro 2016.	X		

Preparar uma tabela mensal da projeção de fluxo de caixa para o Tesouro, em conformidade com o orçamento de 2017.			X
Preparar relatórios trimestrais pontuais sobre a execução orçamental a nível ministerial, com detalhes da classificação económica das despesas.			X
Como um precursor da Conta Única do Tesouro, escrever uma lista (incluindo as quantidades de 2015) de recursos próprios recolhidos pelos Ministérios, Departamentos e Agências do governo.			X
Elaborar a estratégia para promover a produção e a transformação de caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.			X

Fonte: Direção de Estudos Económicos, DGPEE.

VI.3. Notas para medidas estruturais no Quadro do Programa ECF

De forma geral foram implementadas a maioria das medidas propostas pelo Programa ECF, com exceção de algumas que estão em curso, cujo prazo de cumprimento já está ultrapassado. *(Confira o quadro das Metas estruturais)*

A única medida que não se cumpriu é a solicitação de Relatórios detalhando dos fluxos financeiros do ano fiscal 2015, os três primeiros trimestres de 2016 e em base mensal a partir de outubro 2016 a EAGB, pelo que sugerimos uma reunião entre o Ministro de Estado da Economia e Finanças ou alguém do seu Gabinete a fim de se inteirar da real situação financeira da empresa em causa.

Conclusão

Após a desaceleração observada no primeiro trimestre de 2017, a atividade económica mundial retomou a sua dinâmica gradualmente no segundo trimestre. O FMI prevê uma taxa de crescimento global de 3,5% para o ano de 2017.

No plano nacional, o ano 2015 e 2016 foi marcado por uma variação constante do crescimento económico com uma taxa de 5,1%. A conjuntura económica no primeiro semestre de 2017 é impulsionada pelas constantes ofertas de investimento nas infraestruturas socioeconómicas e a melhoria do ambiente negócio. O objetivo nacional da política económica para o ano 2017 baseia-se no quadro da implementação do programa «Terra Ranka», traduzido pelo Documento plano Estratégico e Operacional (DPEO 2015-2020). O documento visa assegurar a melhoria de gestão e uma eficácia das políticas públicas assim como, a implementação das políticas e estratégias setoriais a fim de adaptar as soluções duráveis aos constrangimentos e desafios que o país enfrenta.

Para o ano 2017, a taxa do crescimento do PIB real será de 5,4% contra 5,1% em 2016, suportado pelos três setores da economia a saber: primário (subsetores de agricultura viveiro e castanha de caju); secundário (subsetores de construção e atividade extrativa); terciário (subsetores de comércio transporte e telecomunicação).

O desempenho económico ilustra, em traços gerais, um nível satisfatório de arrecadação das receitas das administrações fiscais tendo em conta a previsão. No primeiro semestre de 2017 a DGA diante de uma previsão anual de 43.6 mil milhões de Fcfa executou 26.2 mil milhões de Fcfa em comparação homóloga com 2016, traduzido numa verifica-se uma taxa de variação de 27%. De igual modo a DGCI coletou um valor de 18.1 mil milhões de Fcfa no primeiro semestre de 2017, correspondendo a uma taxa de execução de 54% relativamente a primeiro semestre de 2016 a taxa de variação observada é de 19 pontos percentuais.

No primeiro semestre de 2017, as despesas a título de funcionamento apresentam 44.85 mil milhões de Fcfa sobre uma previsão anual de 97.35 mil milhões de Fcfa, representado uma taxa de realização de -49,1% induzida entre outro pelo Programa de Investimento Publico (PIP), outras despesas correntes, transferências com uma variação de 82,0%, 71,2% e 56,1% respetivamente. O nível de engajamento de serviço da dívida pública atingiu 0,84 mil milhões Fcfa no primeiro semestre de 2017, representando uma taxa de realização de 14,2%.

O total dos recursos ordenados por origem de financiamento do (PIP) no primeiro semestre de 2017, conheceu uma diminuição de 39,0% em relação ao mesmo período do ano 2016. No qual, os credores bilaterais executaram um valor de 40 mil milhões de Fcfa, proveniente sobretudo dos donativos enquanto os Multilaterais executaram apenas 3.46 mil milhões de Fcfa no primeiro semestre de 2017. Diferentemente do PIP no domínio dos setores de atividade da economia, que foram de 17.55 milhões de Fcfa contra 15.30 milhões de Fcfa, ou seja, uma diferença de 2.25 milhões de Fcfa. Este setor de atividade, coloca em avanço os

setores sociais com uma taxa da realização 15,91% em relação ao total do PIP e com uma variação de cerca de 60% relativamente ao mesmo período do ano 2016.

ESTUDO DE CASO: as novas taxas sobre o arroz e a receita fiscal

Introdução

No dia 9 de agosto de 2017 o governo da Guiné-Bissau publicou o Despacho Conjunto N° 0001/2017, pelo que mudaram a base tributária e certas taxas de imposição sobre o arroz importado. Em concreto, a base tributária e algumas taxas foram diminuídas, em resposta a uma preocupação com as possíveis implicações sociais, económicas e financeiras indesejáveis do atual preço do arroz. Este documento expõe os resultados de uma estimação sobre o impacto esperado desta redução na carga fiscal sobre a receita fiscal potencial da administração pública entre agosto de 2017 (a quando da efetivação de novos regulamentos) e dezembro deste mesmo ano. Durante este período em que se espera importações relativamente baixas em relação ao resto do ano, estima-se que a reforma vai significar uma perda de 354,4 milhões de Fcfa para a receita potencial da DGA, equivalente ao 27,5% da receita estimada para este período.

I. A mudança da base tributária e das taxas sobre o arroz importado.

Em agosto de 2017 introduziram varias mudanças fiscais em relação ao arroz. Em relação a receita da Direção Geral da Alfândega (DGA), as mudanças são as seguintes:

- A base tributária por cada saco de arroz de 50 kg passara de 11.000 Fcfa para 9.000 Fcfa.
- A taxa de PCS (Taxa Comunitária de Solidariedade) da UEMOA passara de 1% para o 0,8%. Esta mudança deve-se a decisão comunitária da UEMOA.
- A taxa de ACI (Antecipação de Contribuição Industrial) foi reduzida de 3% para 0%.

II. Estimação das quantidades importadas.

As quantidades de arroz importado no primeiro semestre⁸ do ano 2017, foi muito semelhante a quantidade importada no mesmo período do ano 2016 – ver Tabela A1. Diante deste facto, decidimos desenvolver o estudo, com base na presunção de que a quantidade de arroz importada entre agosto e dezembro de 2017 seria mesma ao período homólogo em 2016. Em qualquer caso, note-se que a percentagem da perda sobre a receita potencial com esta reforma é independente da quantidade importada, o que faz o resultado deste estudo aplicável de jeito geral, também para outros períodos.

Tabela A1: Quantidades de arroz importadas nos primeiros semestres de 2016 e de 2017, em toneladas.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
2016	0,0	12 273,6	5 116,9	15 753,0	3 630,7	9 870,8	46 645,0
2017	7 288,0	1 624,1	17 006,1	14 414,5	33,4	4 657,9	45 024,0

Fonte: DGA.

No segundo semestre de 2016 as importações de arroz foram de 34.817 toneladas. Para os meses de agosto a dezembro deste mesmo ano, a quantidade importada prevista será de 20.724,8 toneladas, depós de 14.092 toneladas importadas em julho. Como já foi explicada, a estimacão da perda de

⁸Para o mês de julho, em 2016 importaram-se 14.092,4 toneladas, para 2017 este valor foi de 7.027 toneladas.

receita fiscal potencial da DGA entre agosto e dezembro de 2017 está calculada com a nova medida e a presunção de que esta mesma quantidade é importada neste período.

III. Estimação da perda de receita potencial derivada da nova regulação fiscal sobre a importação do arroz.

Com base na presunção de um volume de importação de 20.724,8, a estimação do valor de receita perdido entre agosto e dezembro de 2017 ao mudar para a nova regulação fiscal é simples de estimar. Procedimento é o seguinte:

1. Cálculo do número de sacos importados: dado pelo número de toneladas multiplicado pelo número de sacos por tonelada (20). Resulta-se no número de sacos que se espera importar, 414.496.
2. Ao introduzir este número de sacos respetivamente nas maquetes que estimam a receita segundo a antiga e a nova regulamentação (ver Tabela A2 e Tabela A3), e subtrair a diferença, obtém-se diretamente a receita potencial perdida com a nova regulamentação.

Tabela A2: Estimação da receita fiscal potencial da DGA para o período agosto-dezembro 2017, baixo a velha estrutura de impostos fiscais sobre a importação do arroz.

	Base tributaria		11000		
	Número Sacos		414496		
	Preço sacco mercado		12463,18		
ITEM	DESCRICA O	DESC IMP	TAXAS	VA	Valor tributario
			EURO	380,00	
			CAMBIO	655,96	4 559 456 000,00
	Mercadoria	Desc. Taxas	Taxas	V.A.	Custo mercado sacos
					5 165 938 257,28
	ARROZ (Import. Normal	DD	10,00%	4 559 456 000,00	455 945 600,00
		IEC	0,00%	5 015 401 600,00	0,00
		RS	1,00%	4 559 456 000,00	45 594 560,00
		PCS	1,00%	4 559 456 000,00	45 594 560,00
		PCS	0,50%	4 559 456 000,00	22 797 280,00
		IGV	10,00%	5 129 388 000,00	512 938 800,00
		ACI	3,00%	4 559 456 000,00	136 783 680,00
		Total ...			1 219 654 480,00
		Emolum/Desl.			69071198,94
		Total DGA ...			1 288 725 678,94
		Total Geral ...			6 454 663 936,22

Fonte: DGA e DGPEE.

Tabela A3: Estimação da receita fiscal potencial da DGA para o período agosto-dezembro 2017, baixo a nova estrutura de impostos fiscais sobre a importação do arroz.

	Base tributaria		9000		
	Número Sacos		414496		
	Preço saco mercado		12463,18		
ITEM	DESCRICAÇÃO	DESC IMP	TAXAS	VA	Valor tributario
			EURO	380,00	
			CAMBIO	655,96	3 730 464 000,00
	Mercadoria	Desc. Taxas	Taxas	V.A.	Custo mercado sacos
					5 165 938 257,28
	ARROZ (Import. Normal)	DD	10,00%	3 730 464 000,00	373 046 400,00
		IEC	0,00%	4 103 510 400,00	0,00
		RS	1,00%	3 730 464 000,00	37 304 640,00
		PCS	0,80%	3 730 464 000,00	29 843 712,00
		PCS	0,50%	3 730 464 000,00	18 652 320,00
		IGV	10,00%	4 189 311 072,00	418 931 107,20
		ACI	0,00%	3 730 464 000,00	0,00
		Total ...			877 778 179,20
		Emolum/Desl.			56512799,14
		Total DGA ...			934 290 978,34
		Total Geral ...			6 100 229 235,62

Fonte: DGA e DGPEE.

O resultado para o período de agosto até dezembro de 2017 é uma perda de receita total potencial para a DGA de 354.435 milhões de Fcfa se o emolumento do pessoal da DGA for incluído, e de 341.877 milhões se este for excluído. As perdas de receita totais, incluindo as do emolumento, representam o 27,5% da receita estimada total para este período baixo a regulação abandonada, de 1.288.728 milhões.⁹

Conclusão

O resultado principal deste estudo é que as novas regulamentações fiscais implicam uma perda de 27,5% da receita fiscal potencial por parte da DGA, em comparação com a norma anterior. O estudo também ilustra como isto pode impactar a receita potencial em um período determinado, utilizando o período que abrange os meses de agosto a dezembro de 2017, pelo que conclui que a mudança na regulamentação diminuirá as receitas potenciais da DGA em 354.435 milhões de Fcfa

⁹Sem considerar as perdas correspondentes ao emolumento, a perda de receita potencial sobre a estimacão baixa a velha regulacão representa 28%.

ANEXO

Tabela B1: Ponto de realização das receitas de 30/06/2017 (em mil milhões de Ecf)

Rubricas	Previsão 2017	Realização		Taxa de realização (%)	Deslizamento (%)
		30-jun-16	30-jun-17		
Receitas de Administ. Fiscais	77.4	35.9	44.3	57	23,4
DGA	43.6	20.6	26.2	60	27,2
DGCI	33.8	15.3	18.1	54	18,3
DGTCP	11.6	-	5.5	-	-
PESCA	13.2	4.0	3.2	24	-20
Outras receitas	71.1	47.2	50.0	70	6
Empréstimo projeto	14.8	10.2	7.6	51	25
Títulos de tesouro	21.6	24.0	23.3	107	-3
Donativos	29.5	13.0	16.4	56	26
Apoio orçamental	5.2	0	2.7	52	-
Outros Orçamentos	-	-	-	-	-
Fundo Rodoviário	-	-	-	-	-
Alívio da dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	173.3	387.1	103.0	59	18

Fonte: Direção Geral da Alfândega (DGA) e Direção Geral de Contribuição e Impostos (DGCI), MEF

Tabela B2: Critérios de Convergência 1

CRITÉRIO PRIMEIRA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a jun.	
	Norma	2016	2016	2017
Saldo Orçamental global / PIB	≥ -3%	-4,7	-0,9	0,7
Taxa Infl. média anual	≤ 3%	1,5	2,4	1,6
Dív.Públ. Total/ PIB	≤ 70%	26,9	25,5	26,6

Fonte: MEF/TOFE/INE

Tabela B3: Critérios de Convergência 2

CRITÉRIO SEGUNDA ORDEM				
INDICADORES	Anual		jan. a jun.	
	Norma	2016	2016	2017
Massa Sal. /Rec. Fiscais	≤ 35%	49,6	45,5	39,2
Pressão Fiscal	≥ 20%	9,2	4,7	5,7

Fonte: MEF/TOFE/INE